



**ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS**

LEI Nº 5.488, DE 24 DE JUNHO DE 2024

**TORNA OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO,
SEMENTRALMENTE, DE CERTIDÃO NEGATIVA
DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DOS
PROFISSIONAIS QUE ATENDEM CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE
PARAUPEBAS.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, em função de sanção tácita, no uso das minhas atribuições legais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais dos profissionais que atendem crianças e adolescentes no município de Parauapebas.

§ 1º O órgão competente da Administração Pública Municipal deverá exigir a certidão de antecedentes criminais para fins de ingresso no serviço público, bem como durante o período de atividade do servidor, a cada semestre.

§ 2º A Administração Pública Municipal deve guardar sigilo dos dados a que obtiver acesso, adotando todas as medidas necessárias para resguardar a privacidade da pessoa objeto da consulta.

Art. 2º Em consonância ao estabelecido no artigo 161-A, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Parauapebas, fica vedada a permanência no serviço público, bem como a nomeação, posse ou contratação para cargos ou empregos públicos de pessoas condenadas em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 2 (dois) anos após o cumprimento da pena, por:

I – crimes sexuais contra vulnerável previstos nos artigos 217-A e seguintes do Código Penal Brasileiro, em especial:



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

a) estupro de vulnerável;

b) corrupção de menores;

c) satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente;

d) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança, de adolescente ou de vulnerável;

e) divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia infantil;

II – crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, que tratam da produção, venda, distribuição, aquisição e posse de pornografia infantil e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet;

III – outros crimes de natureza sexual contra crianças ou adolescentes previstos na legislação.

§ 1º Os cargos e empregos públicos mencionados no *caput* deste artigo abrangem todos aqueles cujos ocupantes trabalhem no atendimento a crianças e adolescentes ou possuam lotação em unidade administrativa que lhes preste atendimento, tais como creches, escolas, abrigos, clínicas e estabelecimentos pediátricos.

§ 2º Eventuais nomeações em discordância com o previsto na presente Lei serão declaradas nulas.

Art. 3º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que couber.

0570526	ISEIAS DA COSTA NASCIMENTO	ASSESSOR PARLAMENTAR IX	01 à 30/07/2024
0570314	JAILSON FRANCISCO PEREIRA DE ARAUJO	ASSESSOR PARLAMENTAR III	01 à 30/07/2024
0570623	JANE MORAES ARAUJO	ASSESSOR PARLAMENTAR X	01 à 30/07/2024
0570539	JOELTON BRAZ MESQUITA	ASSESSOR PARLAMENTAR V	01 à 30/07/2024
0570525	JOSE ROBERTO FERRAZ	ASSESSOR PARLAMENTAR VI	01 à 30/07/2024
0570206	JUCELIA DA CUNHA	ASSESSOR PARLAMENTAR IX	01 à 30/07/2024
0570508	KAMILA FELIX DOS SANTOS CARDOSO	ASSESSOR PARLAMENTAR X	01 à 30/07/2024
0570357	KAROLINE REBECA BEZERRA DA SILVA	ASSESSOR PARLAMENTAR III	01 à 30/07/2024
0570445	LEONARDO DE SOUSA CONCEICAO	CHEFE DE GABINETE PARLA- MENTAR	01 à 30/07/2024
0570643	LUCAS FERNANDO DA SILVA CRUZ	ASSESSOR PARLAMENTAR X	01 à 30/07/2024
0570629	MARCIA LIMA ARAUJO SOARES	ASSESSOR PARLAMENTAR VIII	01 à 30/07/2024
0570544	MARCOS ANTONIO LUIZ DE RESENDE	ASSESSOR PARLAMENTAR X	01 à 30/07/2024
0570282	MARCOS AURELIO DA SILVA DIAS	ASSESSOR PARLAMENTAR IX	01 à 30/07/2024
0570303	MAX WENDE BRITO	ASSESSOR PARLAMENTAR IV	01 à 30/07/2024
0570430	MAYSA MORAIS	ASSESSOR PARLAMENTAR III	01 à 30/07/2024
0570537	MICHELLE FONSECA SARRAF	ASSESSOR PARLAMENTAR X	01 à 30/07/2024
0570304	NICOLAS DA SILVA COSTA	ASSESSOR PARLAMENTAR X	01 à 30/07/2024
0570625	RAIMUNDO JORGE DE SOUSA	ASSESSOR PARLAMENTAR IX	01 à 30/07/2024
0570667	REGIRLANY ALMEIDA DA SILVA ROSA	ASSESSOR PARLAMENTAR VIII	01 à 30/07/2024
0570640	RONALDO FERREIRA BARROS SILVA	ASSESSOR PARLAMENTAR V	01 à 30/07/2024
0570500	ROSILENE MORENO DA SILVA	ASSESSOR PARLAMENTAR IX	01 à 30/07/2024
0570605	ROSILENE SILVA DOS SANTOS	ASSESSOR PARLAMENTAR VIII	01 à 30/07/2024
0570567	RUI GUILHERME SANTOS DE OLIVEIRA	ASSESSOR DO INSTITUTO LEGISLATIVO	01 à 30/07/2024
0570607	SIDNEI BATISTA DE SOUSA VASCONCELOS	ASSESSOR PARLAMENTAR X	01 à 30/07/2024
0570216	UELITON LIMA BRITO	ASSESSOR PARLAMENTAR X	01 à 30/07/2024
0570431	VANESSA DAYARA SANTOS ALMEIDA	ASSESSOR PARLAMENTAR II	
0570452	VITOR SILVA FERREIRA	ASSESSOR PARLAMENTAR IV	01 à 30/07/2024
0570482	WALDIR PEREIRA SILVA	ASSESSOR DO DEPARTAMENTO DE RADIO E TV	01 à 30/07/2024

Art. 2º Para remuneração das férias, deverá o Departamento Pessoal observar as disposições dos artigos 152 e 153 da Lei Municipal nº 4.231/2002.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Parauapebas, 27 de junho de 2024.

RAFAEL RIBEIRO OLIVEIRA

Presidente da Mesa Diretora

Protocolo: 24417

ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PORTARIA Nº 368/2024

CONCEDE FÉRIAS AOS VEREADORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS, usando das prerrogativas que lhe concede o artigo 28, caput, e inciso IV, alíneas 'a' e 'b' do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parauapebas;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 7º, inciso XVII, da Constituição da República, que garante, como direito social de todos os trabalhadores, o gozo de férias anuais remuneradas com, no mínimo, um terço a mais do que o salário normal;

CONSIDERANDO que a jurisprudência dos Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas reconhece, de modo pacífico, que os agentes políticos fazem jus à citada garantia constitucional, cuja percepção é condicionada à expressa previsão legal;

CONSIDERANDO, por fim, os termos da Lei Municipal nº 4.929, de 23 de dezembro de 2020, que passou a garantir, como direito dos vereadores do município de Parauapebas, o gozo de férias anuais, remuneradas na forma do disposto no artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal, cuja fruição deve, necessariamente, coincidir com os períodos de recesso parlamentar previstos na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno da Câmara;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias aos vereadores adiante nominados:

MATRÍCULA	NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
0570517	ANDERSON MARCOS MORATORIO	VEREADOR	01/02/2023 – 31/01/2024	01/07/2024 - 30/07/2024
0569451	ELEOMARCIO ALMEIDA DE LIMA	VEREADOR	01/02/2023 – 31/01/2024	01/07/2024 - 30/07/2024
0563355	ELIAS FERREIRA DE ALMEIDA FILHO	VEREADOR	01/02/2023 – 31/01/2024	01/07/2024 - 30/07/2024
0563360	ELIENE SOARES DE SOUSA	VEREADORA	01/02/2023 – 31/01/2024	01/07/2024 - 30/07/2024
0569459	ELVIS SILVA CRUZ	VEREADOR	01/02/2023 – 31/01/2024	01/07/2024 - 30/07/2024
0569458	FRANCISCO ELOECIO SILVA LIMA	VEREADOR	01/02/2023 – 31/01/2024	01/07/2024 - 30/07/2024
0569454	ISRAEL PEREIRA BARROS	VEREADOR	01/02/2023 – 31/01/2024	01/07/2024 - 30/07/2024
0563363	JOEL PEDRO ALVES	VEREADOR	01/02/2023 – 31/01/2024	01/07/2024 - 30/07/2024
0569442	JOSEMIR SANTOS SILVA	VEREADOR	01/02/2023 – 31/01/2024	01/07/2024 - 30/07/2024
0569446	JOSIVALDO ANTÔNIO DA SILVA	VEREADOR	01/02/2023 – 31/01/2024	01/07/2024 - 30/07/2024
0569443	LEONARDO DA SILVA MENDES	VEREADOR	01/02/2023 – 31/01/2024	01/07/2024 - 30/07/2024
0563356	ZACARIAS DE ASSUNÇÃO VIEIRA MARQUES	VEREADOR	01/02/2023 – 31/01/2024	01/07/2024 - 30/07/2024

Art. 2º Ao subsídio dos vereadores indicados no artigo 1º desta Portaria correspondente às férias deve ser acrescido o terço constitucional, na forma do artigo 7º, inciso XVII, da CRFB/88 e do artigo 4º, caput, da Lei Municipal nº 4.929, de 23 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Parauapebas, 27 de junho de 2024.

RAFAEL RIBEIRO OLIVEIRA

Presidente da Mesa Diretora

Protocolo: 24418

LEI ORDINÁRIA

ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
LEI Nº 5.488, DE 24 DE JUNHO DE 2024

TORNA OBRIGATORIA A APRESENTAÇÃO, SEMESTRALMENTE, DE CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DOS PROFISSIONAIS QUE ATENDEM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, em função de sanção tácita, no uso das minhas atribuições legais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais dos profissionais que atendem crianças e adolescentes no município de Parauapebas.

§ 1º O órgão competente da Administração Pública Municipal deverá exigir a certidão de antecedentes criminais para fins de ingresso no serviço público, bem como durante o período de atividade do servidor, a cada semestre.

§ 2º A Administração Pública Municipal deve guardar sigilo dos dados a que obtiver acesso, adotando todas as medidas necessárias para resguardar a privacidade da pessoa objeto da consulta.

Art. 2º Em consonância ao estabelecido no artigo 161-A, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Parauapebas, fica vedada a permanência no serviço público, bem como a nomeação, posse ou contratação para cargos ou empregos públicos de pessoas condenadas em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 2 (dois) anos após o cumprimento da pena, por:

I – crimes sexuais contra vulnerável previstos nos artigos 217-A e seguintes do Código Penal Brasileiro, em especial:

a) estupro de vulnerável;

b) corrupção de menores;

c) satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente;

d) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança, de adolescente ou de vulnerável;

e) divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia infantil;

II – crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, que tratam da produção, venda, distribuição, aquisição e posse de pornografia infantil e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet;

III – outros crimes de natureza sexual contra crianças ou adolescentes previstos na legislação.

§ 1º Os cargos e empregos públicos mencionados no caput deste artigo abrangem todos aqueles cujos ocupantes trabalhem no atendimento a crianças e adolescentes ou possuam lotação em unidade administrativa que lhes preste atendimento, tais como creches, escolas, abrigos, clínicas e estabelecimentos pediátricos.

§ 2º Eventuais nomeações em discordância com o previsto na presente Lei serão declaradas nulas.

Art. 3º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Parauapebas/PA, 24 de junho de 2024.

RAFAEL RIBEIRO OLIVEIRA

Presidente da Mesa Diretora

Protocolo: 24458